

QUILOMBOLA

Estudo propõe ações de inclusão produtiva

Pesquisadora da Esalq aponta que apoio de políticas públicas é fundamental para o desenvolvimento

Estudo desenvolvido na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (USP/Esalq), a fim de criar programas para a inclusão de pessoas e geração de renda, da autora Andrea Yumi Sugishita Kanikadan, propôs analisar duas experiências de ações públicas voltadas ao desenvolvimento local de comunidades quilombolas.

As comunidades estudadas foram o Campinho da Independência, em Paraty (RJ), e Mandira, em Cananeia (SP). No primeiro grupo, foi aplicado um projeto de plantio, coleta e beneficiamento do fruto da palmeira juçara. Já no segundo, a comunidade fez parte de um estudo sobre a restauração da reserva extrativista de ostras comercializadas na re-

gião. “As análises envolveram o pensamento do desenvolvimento como liberdade, considerado pelo economista indiano Amartya Sen”, comenta Andrea.

Segundo a pesquisadora, o estudo mostra que o apoio de políticas públicas é fundamental para o desenvolvimento, especialmente quando se considera o envolvimento das pessoas beneficiárias, já que elas podem definir o que querem e, no final do processo, avaliar os resultados. “Mesmo com seus limites, o projeto renova os papéis atribuídos aos agricultores quilombolas, pois os pressupostos fundamentam-se em novas práticas”.

A longo prazo, o trabalho, desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Ecologia

Aplicada Interunidades (Esalq/Cena), consistiu na realização de entrevistas com as populações envolvidas e, também, na observação participante por meio das atividades realizadas ao longo do projeto. “Desde 2011, estive em contato com as comunidades, sendo que a coleta de dados só foi finalizada no primeiro semestre de 2013”, lembra.

Em Mandira foi criado um plano de manejo que determina regras para a extração das ostras, baseado em estudos sobre sustentabilidade e comercialização, por meio de uma cooperativa. No Campinho da Independência, com a coleta da juçara, foram incorporados princípios de agroecologia. De acordo com Andrea, durante a execução dos programas foi

possível identificar impactos socioculturais, econômicos e ambientais das comunidades. “Pude observar o aprendizado obtido com as novas práticas, sobretudo no que diz respeito à melhora das condições de vida”.

A pesquisa visou beneficiar os formuladores de políticas públicas com a retomada do debate relacionado à noção de desenvolvimento, como sinônimo de crescimento econômico, considerando os questionamentos acerca da centralidade da economia, como princípio organizador da vida social. “Este trabalho permitiu notar o desenvolvimento de capacidade nas comunidades pesquisadas, ainda que exista uma certa dependência em relação aos recursos do Estado”, conclui Andrea.



Viveiro de engorda de ostras de Mandira, em Cananeia (SP)

Orientado pelo professor Paulo Eduardo Moruzzi Marques, do Departamento de Economia, Administração e Sociologia (LES), o trabalho contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

O projeto também envolveu a realização de um estágio doutoral na Universidade de Toulouse – Le Mirail, na França, sob orientação da professora Martine Guibert, do Laboratório Dynamiques Rurales. A experiência auxiliou na análise final dos estudos de caso.